



SEGREGAÇÃO URBANA E RACIAL NA CIDADE: O “LUGAR” DA POPULAÇÃO NEGRA EM LONDRINA

Mariana Panta¹

Maria Nilza da Silva²

Resumo³: O objetivo desse estudo é analisar os mecanismos que atuam suscitando a segregação da população negra em territórios pobres e estigmatizados da cidade, tendo como campo de investigação Londrina, município situado no norte do Paraná. Para estudar esse fenômeno, além da abordagem teórica, utilizamos como procedimento metodológico a análise de entrevistas qualitativas realizadas com pessoas negras moradoras de diversos bairros da cidade. Os resultados deste estudo evidenciam que os dispositivos que operam na produção da segregação urbana da população negra em Londrina são múltiplos e correlacionados, visto envolverem questões econômicas, sociais, raciais, políticas e culturais. Todavia, a tese central é de que a segregação racial na cidade, mais do que mero reflexo da concentração de negros na base da estrutura de classes, é uma dimensão do racismo estrutural brasileiro.

Palavras-chave: segregação urbana; segregação racial; racismo; população negra; Londrina.

URBAN AND RACIAL SEGREGATION IN THE CITY: THE “PLACE” OF THE BLACK POPULATION IN LONDRINA

¹ Pós-Doutoranda e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com bolsa concedida pela CAPES. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Marília), com a realização de Estágio de Investigação Doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. É pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UEL) e do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO-UEL). E-mail: marianasantospanta@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5476-3546>

² Professora Titular de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com atuação no curso de Graduação em Ciências Sociais e Pós-Graduação em Sociologia. Foi pesquisadora convidada e realizou o Pós-Doutoramento no Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques, junto a École des Hautes Études en Sciences Sociales - CADIS/EHESS, em Paris, entre maio de 2010 e abril de 2011. É coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UEL) e do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO-UEL). E-mail: mnilzap@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8596-4965>

³ O artigo é uma adaptação do Capítulo III da tese de doutoramento: PANTA, Mariana. *Relações Raciais e Segregação Urbana: trajetórias negras na cidade*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157155>. Acesso em 10, mar., 2020. A pesquisa conta com a utilização de dados empíricos coletados no âmbito do projeto LEAFRO, coordenado por Maria Nilza da Silva.



Abstract: The objective of this study is to analyze the mechanisms that act to cause the segregation of the black population in poor and stigmatized territories of the city, with the research field of Londrina, a municipality located in the north of Paraná. To study this phenomenon, in addition to the theoretical approach, we used as a methodological procedure the analysis of qualitative interviews conducted with black people living in different neighborhoods of the city. The results of this study show that the devices that operate in the production of urban segregation of the black population in Londrina are multiple and correlated, since they involve economic, social, racial, political and cultural issues. However, the central thesis is that racial segregation in the city, more than a mere reflection of the concentration of blacks at the base of the class structure, is a dimension of Brazilian structural racism.

Keywords: urban segregation; racial segregation; racism; black population; Londrina.

SEGREGACIÓN URBANA Y RACIAL EN LA CIUDAD: EL "LUGAR" DE LA POBLACIÓN NEGRA EN LONDRINA

Resumen: El objetivo de este estudio es analizar los mecanismos que actúan para causar la segregación de la población negra en los territorios pobres y estigmatizados de la ciudad, con el campo de investigación de Londrina, un municipio ubicado en el norte de Paraná. Para estudiar este fenómeno, además del enfoque teórico, utilizamos como procedimiento metodológico el análisis de entrevistas cualitativas realizadas con personas negras que viven en diferentes barrios de la ciudad. Los resultados de este estudio muestran que los dispositivos que operan en la producción de segregación urbana de la población negra en Londrina son múltiples y correlacionados, ya que involucran cuestiones económicas, sociales, raciales, políticas y culturales. Sin embargo, la tesis central es que la segregación racial en la ciudad, más que un simple reflejo de la concentración de negros en la base de la estructura de clases, es una dimensión del racismo estructural brasileño.

Palabras clave: segregación urbana; segregación racial; racismo población negra; Londrina.

SÉGRÉGATION URBAINE ET RACIALE DANS LA VILLE: LA «PLACE» DE LA POPULATION NOIRE A LONDRINA

Résumé: L'objectif de cette étude est d'analyser les mécanismes qui agissent pour provoquer la ségrégation de la population noire dans les territoires pauvres et stigmatisés de la ville, avec le champ de recherche de Londrina, une municipalité située au nord du Paraná. Pour étudier ce phénomène, en plus de l'approche théorique, nous avons utilisé comme procédure méthodologique l'analyse de entretiens qualitatifs menés auprès de Noirs vivant dans différents quartiers de la ville. Les résultats de cette étude montrent que les dispositifs qui opèrent dans la production de ségrégation urbaine de la population noire à Londrina sont multiples et corrélés, car ils impliquent des enjeux économiques, sociaux, raciaux, politiques et culturels. Cependant, la thèse centrale est que la ségrégation raciale dans la ville, plus qu'un simple reflet de la concentration des noirs à la base de la structure de classe, est une dimension du racisme structurel brésilien.



Mots-clés: ségrégation urbaine; ségrégation raciale; le racisme; population noire; Londrina.

INTRODUÇÃO

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados, e conjuntos habitacionais, cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos dos dias de hoje. O critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. Lélia Gonzalez - Lugar de Negro, 1982.

A literatura recente, que discute as relações étnico-raciais circunscritas às questões urbanas (TELLES, 2003, 2012; SILVA, 2006; FRANÇA, 2010, 2014, PANTA, 2020), mostra que a população negra está concentrada em maiores proporções nos territórios pobres, segregados e estigmatizados de diversas cidades brasileiras. Em Londrina, município situado no norte do Paraná, região sul do Brasil, esta realidade não é diferente (SILVA e PANTA, 2014; PANTA, 2018). Considerando os aspectos mais amplos inerentes à conjuntura nacional e as especificidades do norte-paranaense, a questão central da qual nos ocuparemos consiste, especificamente, no delineamento de um percurso histórico-sociológico para responder a seguinte questão: Quais os principais mecanismos que operam na produção da segregação urbana da população negra em Londrina?

O objetivo deste estudo é, portanto, analisar características dos processos de segregação urbana do segmento negro em Londrina, fundada em 1934, desde a expansão urbana no contexto de efervescência cafeeira - no qual a cidade foi qualificada como a Capital Mundial do Café - até os dias atuais. A contextualização de cada período histórico propicia uma compreensão mais sólida do *Mapa de Distribuição da População Negra em Londrina*, confirmativo de que este grupo social está concentrado, majoritariamente, nos territórios situados nas extremidades da cidade, muitos dos quais foram, são, ou possuem focos de ocupações irregulares. Tal quadro evidencia que o segmento negro, ainda hoje, não tem assegurado em plenitude o direito à cidade.

Para estudar esse fenômeno, com vistas a uma análise contextualizada, além de abordar a literatura sobre o tema, que auxilia na compreensão dessa dinâmica em níveis



estruturais, utilizamos como procedimento metodológico a consulta ao conjunto de entrevistas qualitativas, em profundidade, realizadas por pesquisadores e acadêmicos vinculados ao Grupo de Pesquisa Estudos Afro-Brasileiros e Relações Raciais (CNPq-UEL)⁴ e ao Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO-UEL)⁵, com 72 pessoas negras moradoras de diversos bairros da cidade, sobretudo das territorialidades periféricas.

Não nos ativemos a uma reconstrução extenuante desse material; nem à exposição de depoimentos; nosso objetivo foi ampliar as possibilidades de identificação das características da segregação urbana desse grupo social em Londrina, considerando a experiência daqueles que a vivenciam. Esses dados fornecem um panorama geral, um suporte no desvelamento das peculiaridades desse processo, até então, pouco abordadas nos escritos sobre a cidade.

A relevância dessa pesquisa incide sobre a ampliação do escopo de análise acerca das relações étnico-raciais circunscritas a questões urbanas, que precisa se consolidar junto aos eixos temáticos que compõem os estudos urbanos no Brasil. Igualmente importante é a ampliação de olhares sobre as cidades médias, menos abarcadas nos estudos urbanos desenvolvidos em diversas áreas de conhecimento, singularmente na Sociologia e Antropologia, que tendem a priorizar as grandes metrópoles, especialmente as capitais.

O MIGRANTE NEGRO NOS PRIMÓRDIOS DE LONDRINA: DAS VILAS POPULARES À FAVELIZAÇÃO

Conforme evidencia a literatura regional (ALVES, 2002; BONI, 2004), a maioria dos migrantes brasileiros que se deslocou para o norte do Paraná nos tempos prósperos do café, era proveniente de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste do país. Muitos foram trazidos pelos proprietários de terras e, na condição de empregados, residiam nas fazendas. Outros vieram por conta própria, motivados pelas propagandas da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), empresa de colonização de origem inglesa, principal

⁴ Grupo de Pesquisa coordenado pela Profa. Maria Nilza da Silva, desde os anos 2000.

⁵ O LEAFRO foi criado em 2009 com o financiamento da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). O Projeto é coordenado por Maria Nilza da Silva e, em seus dez anos de existência, foi financiado quatro vezes, contudo, houve um período em que não se contou com financiamento, mas as atividades foram mantidas.



responsável pelo novo povoamento da região⁶. A vinda desses trabalhadores era estimulada pelos fazendeiros para ampliar a sua produção e diminuir seus custos, pois eram mão de obra barata.

O Estado de São Paulo, quando viu declinar sua produção cafeeira, dispensou muitos trabalhadores, especialmente nas décadas de 1940-50, muitos dos quais se deslocaram para as cidades na expectativa de se inserir no mundo urbano industrial, enquanto outros buscaram novas áreas agrícolas, a exemplo do norte-paranaense. A cidade de São Paulo, destino principal das migrações internacionais e inter-regionais, ao mesmo tempo em que se apresentou como polo de oportunidades para muitos, para outros se tornou um reduto de marginalização social e segregação. A cidade absorveu muita mão de obra estrangeira (assalariada), e também nacional, principalmente de nordestinos, que, rechaçados dos setores industriais, tornaram-se prestadores de serviços temporários e informais (não assalariado): os homens, sobretudo em atividades da construção civil, as mulheres, mormente como domésticas. Entretanto, com o intenso fluxo migratório, logo, São Paulo passou a ter força de trabalho excedente e milhares de migrantes foram se concentrando nas periferias da cidade, enquanto muitos rumaram para outras regiões, como Londrina, em plena expansão cafeeira.

Já o processo migratório de indivíduos e grupos de regiões como Minas Gerais e Nordeste para o norte do Paraná, nesse período, se inscreve numa conjuntura de importantes mudanças na economia, na qual as desigualdades regionais, como afirma Paul Singer (1998), se configuravam como as principais responsáveis pelas migrações internas. A segregação geográfica de negros em regiões subdesenvolvidas, intensificada no período pós-abolição do sistema escravocrata (HASENBALG, 2005), foi crucial para que esse grupo se colocasse em movimento e percorresse longos trajetos em busca de melhores condições de vida em outras localidades.

O Norte do Paraná se constituiu como uma das mais importantes regiões, destino de fluxos migratórios devido à ampla oferta de trabalho, sobretudo no café. De acordo com Côrtez (1958: 64), nesse contexto, o Estado do Paraná foi um dos que mais se beneficiou das migrações, dando-se o ápice delas na década de 1950. Evidentemente, a mobilidade espacial não garantiu oportunidades iguais a todos os migrantes. No caso dos negros - em sua maioria provenientes de famílias pobres, com baixa ou nenhuma

⁶ A região norte do Paraná era habitada, primordialmente, por povos indígenas. Cf.: Tommasino (1995); Tomazi (2000).



escolaridade, descapitalizados e racialmente discriminados - embora tenham obtido alguns ganhos resultantes das penosas jornadas de trabalho nos mais diversos setores, principalmente nos menos qualificados, e conseguido alguma melhoria nas condições de vida, comparada a situação extrema em que viviam nos sertões desprovidos de oferta de trabalho, a posição social alcançada na região de destino não foi substancialmente alterada⁷. Por isso, as primeiras favelas de Londrina, estabelecidas na década de 1950, foram formadas por migrantes nordestinos e mineiros.

Em Londrina, a segregação assume diferentes características conforme as mudanças econômicas e sociais de cada contexto. Em seus contornos mais sólidos, a segregação passou a se delinear no espaço urbano, ainda incipiente, como resultado do acúmulo de riquezas dos proprietários de terras e significativos ganhos obtidos por comerciantes de maior porte e prestadores de serviço de *status* e de renda mais elevados. Logo, os grupos que ascenderam socialmente passaram a escolher os seus locais de moradia, formando as principais ruas da cidade, enquanto aos trabalhadores de menor *status* e renda restava habitar onde seus escassos rendimentos lhes permitissem. As segregações em Londrina, apesar das especificidades de cada contexto, são sempre desenhadas a partir da articulação entre os grupos de mais elevado estrato de renda e o poder público. Enquanto esses grupos selecionam os melhores lugares para instalação de suas residências, assinalando o que é indesejável e ameaçador ao seu bem-estar, cabe ao poder público estatuir e colocar em prática uma legislação urbanística que defina como o espaço urbano deve ser ocupado, legitimando os interesses dos primeiros.

As políticas urbanísticas inaugurais de Londrina inserem-se num projeto mais amplo de sociedade moderna experimentado por diversas cidades do Brasil, cujas raízes firmam-se na ideologia do branqueamento, um dos principais suportes do racismo no Brasil. A ideologia do branqueamento, enquanto projeto de nação ancorado no pensamento eugenista e higienista, influenciou na elaboração de projetos urbanísticos de caráter segregacionista, que culminaram no deslocamento da população negra para as áreas mais longínquas e precárias das cidades.

Londrina, ainda na primeira década de sua formação, começou a se expandir para fora do quadrilátero central demarcado pela CTNP. As primeiras habitações populares

⁷ Cf. PANTA, Mariana. Segregação Geográfica, Desigualdades Raciais e Migrações: Londrina como destino de fluxos migratórios mineiros e nordestinos (1940-1980). In: SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana (Orgs.). *Território e Segregação Urbana: O “lugar” da população negra na cidade*. Londrina: UEL, 2014.



constituíram-se sem princípios de urbanização organizados, em forma de vilas, com casas de madeira, opção econômica e de rápida execução devido à abundância do produto na região e à ampla oferta de mão de obra de carpinteiros que barateavam esse tipo de construção. Essas casas eram, todavia, edificadas de maneira precária, pensadas como moradias provisórias que viriam a ser melhoradas ou substituídas por outras mais adequadas à medida que os trabalhadores melhorassem suas condições econômicas (ZANI, 1989: 27), projeto que, para os segmentos mais pobres, não chegou a se concretizar.

Em 1935 foi inaugurada a estação ferroviária de Londrina. Nas décadas de 1930 e 40, em cidades interioranas, os trilhos da estrada de ferro simbolizavam desenvolvimento, modernidade e expansão capitalista, visto que propiciavam a circulação de pessoas, mercadorias e capitais. Nesse período, esses mesmos trilhos passaram a dividir Londrina de modo peculiar: os grupos de maior renda residiam acima da linha do trem, os pobres abaixo. De acordo com Razente (2011), a primeira vila popular, chamada Agari, foi formada em 1936. Em 1939 constituíram-se a Vila Conceição, Vila Nova e Vila Casoni, todas marcadas pela precariedade de infraestrutura e estigmatizadas por sua localização, abaixo da linha férrea, principal demarcadora da segregação no primórdio da cidade.

Na “cidade alta”, ou seja, na parte situada acima da linha demarcatória, residiam os proprietários de terras, os ricos de origem e os novos ricos que ampliavam cada vez mais suas fortunas com a economia cafeeira, os grandes comerciantes e trabalhadores de maior prestígio social como médicos, dentistas, engenheiros, advogados e congêneres. A área foi-se consolidando tendo como principais características o planejamento de ruas largas e avenidas, o embelezamento com praças e jardins e a construção das melhores residências. Simbolizava a ordem, a modernização e o progresso. Na “cidade baixa”, a parte situada abaixo da ferrovia, habitavam trabalhadores vinculados a atividades menos valorizadas socialmente, como pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, saqueiros, carroceiros, operários da construção civil, serralheiros, marceneiros, domésticas, lavadeiras, costureiras, trabalhadores rurais temporários (volante ou boia-fria), desempregados e mulheres prestadoras de serviços tidos como imorais: as meretrizes. A área comportava ainda máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, serrarias, além de espaços de boemia e prostituição. A cidade inferior, separada pelos trilhos, era descrita e representada como lócus da desordem, imoralidade, sujeira e marginalidade. Sobre esse



cenário, Benatti escreve: “de um lado, a cidade bela, moderna, ordeira, trabalhadora e progressista; de outro lado, ou nos porões dela, uma cidade de triste figura, pobre, suja, feia, bárbara e sobretudo perigosa” (BENATTI, 1996: 182).

Na década de 1940, Londrina registrou a presença de 30.278 habitantes, dentre os quais 63,09% viviam na zona rural e 36,90% na zona urbana (IBGE, 1940). Em 1947, as vilas populares já somavam 53, todas concentradas no norte e noroeste do eixo central, ou seja, abaixo da linha férrea (RAZENTE, 2011). Enquanto os pobres, em grande parte negros, seguiam aglomerando-se na área abaixo da ferrovia, os grupos de maior estrato de renda concentravam-se ao sul do perímetro central, quer dizer, do lado oposto, acima da ferrovia.

Chama atenção o valor simbólico atribuído à linha férrea, divisora espacial e moral de dois universos distintos, uma travessia do centro para as margens. Mais do que segregação espacial, ela representava uma divisão moral: os que estavam acima eram os cidadãos visíveis, detentores de direitos, de família, protagonistas das histórias oficializadas e do progresso; e os que estavam abaixo eram os invisíveis, ou vistos como inferiores pelos primeiros, sem garantia de direitos elementares (como moradia digna), sem família, excluídos da história e símbolos do atraso. Além dos problemas econômicos, as vilas populares eram marcadas simbolicamente por uma identidade social deteriorada (GOFFMAN, 2004), que estigmatiza os territórios e os corpos dos residentes nesses territórios.

A urbanização inicial de Londrina tem como uma de suas características a prevalência das residências dos trabalhadores responsáveis pelo desempenho de atividades braçais, especialmente de saqueiros, situadas próximas aos seus locais de trabalho, ou seja, aos barracões de café. Manter os trabalhadores próximos ao centro era uma estratégia de potencializar a dinâmica de trabalho, uma vez que o transporte urbano ainda era incipiente. Fora da área mais elitizada havia muitas ruas não pavimentadas, o que dificultava a circulação do transporte público, sobretudo em dias chuvosos. Mesmo residindo os trabalhadores em áreas próximas ao centro, a segregação urbana não deixou de ser uma realidade evidente.

O Brasil, então inserido numa conjuntura de transição de uma economia estritamente agrária para uma economia industrial, ao consolidar como sistema econômico o capitalismo, periférico e dependente, preserva a divisão social do trabalho pautada nos padrões colonialistas e escravocratas, colocando os negros, em sua maioria,



nos postos mais desvalorizados, modelo que persevera até hoje. Essa é uma das mais importantes dimensões da colonialidade do poder tratada por Quijano (2010), que demonstra o modo como a exploração capitalista e a racialização que lhe é inerente perpetuam a distribuição racista do trabalho e os diversos modos de exploração. Com a cidade em formação, recebendo fluxos migratórios contínuos de diversas partes do mundo, o negro perde postos de trabalho na disputa com imigrantes e nacionais. Num quadro de ocupações de menor *status* e prestígio social, há aquelas atividades ainda menos qualificadas, preenchidas, mormente, pelos negros, isso quando não continuavam desempregados. O subemprego e o desemprego do migrante negro, nesse contexto, também foram importantes fatores condicionantes da segregação desse grupo social nos territórios pobres e estigmatizados de Londrina.

A parte baixa da cidade, além de acolher os considerados indesejáveis, pobres, negros, desempregados, meretrizes, que, sob a lógica do progresso, corrompiam a imagem bela e próspera projetada para Londrina, concentrava estabelecimentos de sociabilidade popular, bares, botequins, gafieiras, moradias coletivas, pensões ligadas à prostituição e a famosa zona do meretrício, esta situada na antiga Vila Matos, onde atualmente se localiza o Terminal Rodoviário. O espaço da prostituição, intensificador do estigma atribuído à parte baixa da cidade, se configurou como principal reduto da boemia londrinense, cujo apogeu foi entre o final da década de 1940 e meados da década de 60. Londrina passou por transformações muito significativas num curto espaço de tempo. Se na década de 1930 ela se configurava como uma grande área essencialmente rural, ainda cercada de mata virgem, dispondo de um ínfimo núcleo urbano, na década de 50 - período em que registrou uma população de 71.412 habitantes, dentre os quais 52,07 % viviam na zona rural e 47,93% na zona urbana (IBGE, 1950) -, assumiu o posto de principal cidade produtora de café do Brasil. Nesse contexto, a ferrovia tida como símbolo de progresso se transformou em monumento do passado, vindo a ser substituída pelas rodovias. As casas de madeira passaram a ser vistas como ultrapassadas, destoantes dos padrões exigidos pela modernidade (ROLIM, 2013: 27). A riqueza derivada do café se expandia cada vez mais, sobretudo quando passaram a ser construídas as várias mansões de alvenaria na Avenida Higienópolis e imediações, principal abrigo dos “barões do café”, e diversos prédios no perímetro central.

É nesse período, repleto de transformações, que se elabora uma política para disciplinar e ordenar a ocupação do espaço urbano com o fito de evitar confrontos entre



os diferentes grupos sociais. Rolim (2013: 39) afirma que uma das leis mais importantes foi a n. 133, de 07 de dezembro de 1951, que fez o zoneamento do espaço urbano demarcando os lugares a serem ocupados pelos diferentes grupos, bem como exigiu que os novos loteamentos aderissem às adequações determinadas. Como as vilas populares se expandiam desordenadamente, a Lei foi implementada com vistas a evitar a proliferação de tais vilas, bem como a promover a readequação das já existentes.

Em 1952 a Prefeitura Municipal implementou também um Código de Postura com vistas a regular a vida na cidade. Ainda na década de 1950, a Prefeitura Municipal implementou o Código de Obras, Lei 218 de 26 de outubro de 1955, que determinava que todas as obras passassem pelo crivo das autoridades, tanto as construções, quanto as reformas (ROLIM, 2013: 41). É possível notar, através desse conjunto legislativo, um empenho, por parte do poder público, alinhado aos interesses dos grupos economicamente mais abastados, no sentido de regular a vida na cidade, delineando os lugares a serem ocupados e os aspectos a serem eliminados. Como afirma Arias Neto (1993: 195), os segmentos dominantes reservam para si os melhores espaços de habitação, de trabalho e de lazer. É um projeto que se insere na busca da consolidação de uma cidade moderna que prioriza o núcleo central e os novos bairros de alto padrão, confirmando uma prática estritamente segregacionista.

O fluxo migratório para o Norte do Paraná foi constante entre as décadas de 1930 e 1970. Mas foi no seu ápice, década de 1950, tempo próspero da produção cafeeira na região, marcado pela expansão da cidade moderna produzida pelas elites, que passou a se delinear, de maneira ainda mais ostensível, a segregação urbana e racial em Londrina. A redistribuição populacional pelas migrações inter-regionais trouxe levas de migrantes para Londrina, as quais - somadas às que provinham do êxodo rural dispensadas parcialmente em períodos de instabilidade nos preços do produto no mercado internacional; pelas geadas que devastaram os cafezais; e pelo desenvolvimento tecnológico na agricultura que, pouco a pouco, passou a substituir trabalhadores por máquinas; fizeram com que migrantes passassem a se instalar na área urbana. Desempregados, ou subempregados, e desamparados pelo poder público, esses migrantes foram condicionados a iniciar ocupações irregulares de terrenos públicos e privados. Além das vilas populares sem infra-estrutura, passaram a se estabelecer em Londrina as primeiras favelas onde as condições de vida eram ainda mais precárias e os estigmas atribuídos aos seus moradores ainda mais intensos. Escreve Razente:



Na década de 1950, em plena efervescência cafeeira, espacializa-se a segregação da parcela da população que está à margem do que poderíamos entender como cidadania moderna: os “sem nada” - sem renda, sem casa, sem empregos formais. Em termos segregacionistas esses não se confundem com os residentes nas vilas populares. Enquanto que nas vilas é o mercado de terras quem escolhe a localidade onde o dinheiro do morador pode alcançar, no novo padrão segregacionista não há alternativas. A estratégia de sobrevivência induz à invasão/ocupação de terrenos públicos ou privados. Em termos segregacionistas, o público alvo agora são os pobres migrantes rurais entrincheirados nas favelas, reconhecida por boa parte da sociedade, inclusive pela pobreza, como lugar do crime, da vadiagem, da bandidagem e da degradação dos valores e costumes (RAZENTE, 2011, grifo nosso).

Como mostra Fresca (*et al*, 2008), o problema da ocupação irregular em Londrina emergiu com a Favela do Pito Aceso, em 1953, na zona sul da cidade, formada por 15 famílias oriundas de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro, contando com 90 pessoas no ano da ocupação. Em 1955, se estabeleceu na região leste a Favela do Grilo, atual Vila da Fraternidade, constituída, inicialmente, por 18 famílias provenientes do Nordeste, contando 108 pessoas no ano de formação. No final dessa mesma década a Favela do Grilo já contava com 50 famílias. Em 1958 e 1959 foram formadas mais duas ocupações irregulares, a Vila Esperança, iniciada com 24 pessoas, e a Nossa Senhora da Paz, com 1248 pessoas no ano da ocupação, ambas constituídas por famílias procedentes da zona rural da região norte do Paraná. A despeito da elevada quantidade de lotes existentes, seu custo alto não permitiu que migrantes pobres pudessem adquiri-los. O elevado valor do aluguel, contraposto aos baixos rendimentos dessas famílias, tornou a ocupação irregular a única alternativa.

Tal quadro evidencia que o migrante pobre, atraído pelos discursos de prosperidade, ao chegar à nova sociedade muitas vezes se deparava com um cenário totalmente diverso do que lhe foi prometido. Enquanto o poder público seguiu com iniciativas frustradas de contenção dos indesejáveis, sem a adoção de políticas que favorecessem a integração dos segmentos socialmente vulneráveis à sociedade, pobres e negros prosseguiram, na visão dos grupos dominantes, deturpando a imagem bela e próspera projetada para a cidade.

OS CONJUNTOS HABITACIONAIS, OS LOTEAMENTOS POPULARES E OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: UM “NOVO” PADRÃO DE SEGREGAÇÃO



Foi entre as décadas de 1950 e 1960 que Londrina assinalou o maior crescimento percentual de sua população, sendo este de 88,79%, e também os seus maiores índices de urbanização. No decênio de 1960 a cidade registrou a presença de 134.821 habitantes, dos quais 57,40% residiam na zona urbana e 42,60% na zona rural (IBGE, 1960). Foi um período marcado pelo êxodo rural, passando a população da cidade a superar a do campo. Entre as décadas de 1960 e 70, devido às constantes geadas que devastavam os cafeeiros e à difusão mais incisiva de lavouras mecanizadas, passou a ocorrer um deslocamento mais expressivo que nos decênios anteriores, da zona rural para a zona urbana. Muitos dos trabalhadores rurais, sem qualificação profissional para o trabalho urbano, não alfabetizados ou com baixo grau de escolaridade, não foram imediatamente incorporados ao mercado de trabalho na cidade. Desempregados ou subempregados em atividades informais que lhes rendiam baixíssimos ganhos passaram a viver em situação semelhante, ou até pior, que a vivenciada em suas regiões de origem. Sem alternativas, começaram a constituir e a ocupar os assentamentos precários da cidade, tais como cortiços, terrenos irregulares, favelas e congêneres, construindo suas habitações em áreas sem infraestrutura, saneamento básico, água encanada, luz elétrica, enfim, sem condições mínimas para uma vida digna.

Em 1965 foi criada no município a Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-Ld). Na década de 1970 a COHAB passou a construir casas populares para serem financiadas a preços mais acessíveis aos grupos de menor renda. O primeiro conjunto habitacional a ser criado foi o Ruy Virmond Carnascialli, na zona norte, com 549 casas. O segundo, o Conjunto São Lourenço, na zona sul, com 687 casas (COHAB, 2015). Nessa mesma década foram construídos trinta conjuntos habitacionais, onze na zona norte, que hoje conta com uma quantidade muito expressiva desse tipo de habitação. Os espaços vazios entre o centro e os conjuntos habitacionais foram destinados ao mercado imobiliário.

É preciso considerar que a COHAB, apesar de atender a demanda de muitas famílias de baixa renda, propiciando-lhes o acesso à casa própria, sempre disponibilizou unidades habitacionais em quantidades inferiores à demanda. A limitada quantidade de imóveis diante da imensa lista de inscritos faz, ainda hoje, com que muitas famílias tenham de esperar anos e anos, na maioria das vezes, sem qualquer previsão de quando serão contempladas. Outras se deparam com tantas dificuldades em razão dos critérios estabelecidos para a aquisição desse tipo de propriedade que acabam desistindo. Ter onde



morar é uma necessidade primordial. Não ter onde morar é uma situação que não permite espera, portanto, muitas famílias foram condicionadas a ocupar, clandestinamente, terrenos irregulares: uma luta pelo direito de morar através da autoprodução da casa própria por vias ilegais - sob o prisma da legislação urbana - uma vez que a cidade, em tempo algum, se apresentou como um direito de todos.

É necessário considerar, ainda, que nem tudo “são flores” para as famílias que conquistam a propriedade de um imóvel através da COHAB. Se, por um lado, elas têm como vantagem a garantia da casa própria por meios legais, financiada a preços mais acessíveis, por outro, enfrentam as agruras referentes às lonjuras de suas residências para os locais de trabalho e outros importantes para a vida na cidade. Esse distanciamento, por si só, poderia não se configurar como um problema se os bairros populares tivessem ao seu dispor o funcionamento adequado dos serviços públicos essenciais, o que não ocorre. Paralelamente à formação dos conjuntos habitacionais pela COHAB, que entre os anos de 1978 e 1980 construiu quase 9.000 unidades habitacionais (ARCHELA et al, 2008), estabeleceram-se em Londrina diversas ocupações irregulares (FRESCA et al, 2008).

Na década de 1980, período em que Londrina registrou uma população de 301.711 habitantes, 88,48% urbana e 11,52% rural (IBGE, 1980), a região central foi marcada pela acentuação do processo de verticalização. A construção de edifícios residenciais somada à revitalização da área central atraiu grupos de maior renda que fixaram residência não apenas na Av. Higienópolis, mas também na Av. Santos Dumont e arredores e em bairros como Shangri-lá “A” e Quebec (ARCHELA, 2008). Já, para os grupos de menor renda, essa década se caracterizou pela drástica redução na quantidade de unidades habitacionais construídas pela COHAB devido à crise econômica pela qual passava o Brasil. Sem disponibilidade de recursos do Banco Nacional de Habitação, as companhias habitacionais do país diminuíram a oferta de residências nesse período, aprofundando o déficit habitacional (COHAB, 2015).

Com o alto custo dos aluguéis, muitas famílias passaram a batalhar pela casa própria por outras vias, como por meio do financiamento de terrenos de menor custo, ofertados por empresas privadas do setor imobiliário, situados em áreas periféricas. Os conjuntos habitacionais e os loteamentos populares se constituíram como alternativa para os grupos de menor renda. Essa forma de habitação, contudo, se delineou como um novo padrão de segregação após o declínio da economia cafeeira. Se, por um lado, a casa

própria significava um avanço, por outro, a racionalidade de segregar os indesejáveis permaneceu intacta.

A oitava década do século XX demarca, em Londrina, um ostensivo processo de periferização da pobreza. Diversamente dos primórdios da cidade, tempo no qual pobres, em grande parte, negros, apesar de se constituírem como grupo segregado, confinado abaixo da linha férrea, tinham suas residências próximas aos seus locais de trabalho, no perímetro central, nesse novo padrão segregacionista a residência dos trabalhadores assalariados de baixo *status* e renda, informais ou em situação de desemprego, localizam-se cada vez mais longe do centro e das áreas mais valorizadas da cidade.

Na década de 1990, Londrina se expandiu significativamente para todas as direções. Na esfera urbana, o decênio foi marcado pela construção de condomínios fechados de alto padrão, especialmente na região sudoeste, que passou a ser um dos principais abrigos dos grupos de maior renda. Num outro extremo, nos grupos de baixa renda, foi um decênio marcado por altos índices de desemprego e subemprego, bem como pela intensificação do problema da moradia. De acordo com Fresca (*et al*, 2008), foi nesse período que o número de ocupações irregulares passou de 15 para mais de 50 espalhadas em diversas áreas da cidade.

A primeira década de 2000 caracterizou-se pela expansão dos condomínios fechados de alto padrão construídos em áreas afastadas da região central, de maior privacidade e exclusividade. São os chamados “enclaves fortificados”, tema de pesquisa de Tereza Caldeira, que, ao abordar as transformações nos padrões de segregação ocorridas na cidade de São Paulo, tendo como principal foco a reclusão dos segmentos mais abastados nesses enclaves, demonstra como essa segregação voluntária, combinada com discursos sobre violência e ações de privatização de justiça e segurança, reforça a fragmentação do espaço público, aprofunda desigualdades e justifica a discriminação contra outros grupos sociais⁸.

De outro prisma, o primeiro ano do século XXI foi marcado pelo alarmante número de mais de 50 mil pessoas vivendo em ocupações irregulares em Londrina. (FRESCA *et al*, 2008). Como analisam Postali e Mendes (2011: 4), entre 1990 e 2005 o número de ocupações irregulares aumentou cerca de 200%. Convém ressaltar que, desse período para cá, algumas dessas ocupações foram extintas mediante a remoção de famílias

⁸ Cf. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

de fundos de vale e outros tipos de ocupação irregular em área de risco e transferência para habitações populares. Outras passaram, ou passam, por um processo de regularização fundiária⁹, que é a regularização dos assentamentos acompanhada da titulação dos moradores como proprietários, processo que, em muitos casos, ocorre desacompanhado de benfeitorias do poder público. Se, por um lado, a regularização fundiária, pelo título de propriedade ao ocupante, garante sua permanência legalizada na área ocupada, por outro, a regularização sem a implementação de políticas públicas consolida o confinamento desses grupos em espaços onde a cidadania é limitada, sedimentando-se, assim, a dinâmica da segregação.

Do que expusemos é possível compreender que, as políticas urbanas adotadas pelo município de Londrina, em todos os contextos, seguem uma orientação segregacionista, que vai empurrando para as áreas mais precárias e longínquas da cidade os pobres, especialmente os negros. A população negra permanece concentrada nos territórios mais pobres, sobretudo naqueles situados nas extremidades da cidade, procurados para ocupações irregulares.

Os territórios periféricos, desprovidos de infraestrutura e de políticas sociais promotoras de cidadania aos seus habitantes, são os principais endereços dos negros, que, desde os primórdios da cidade, apesar de muito trabalharem, vivem a margem dos avanços econômicos e sociais do município. A ocupação irregular constituiu-se, para esse grupo social, como uma das mais importantes formas de inserção territorial na cidade, situação que perdura até hoje, conforme revela o Mapa de Distribuição da População Negra em Londrina.

O “LUGAR” DA POPULAÇÃO NEGRA EM LONDRINA

Constituída por uma população estimada em 506.701 habitantes (IBGE, 2010)¹⁰, pretos e pardos, que compõem uma única categoria, a negra, correspondem a 132.096, isto é, 26,07% do contingente populacional de Londrina. Através de mapeamento é

⁹ Cf. Para melhor compreender a política de regularização fundiária, cf. GONÇALVES, Rafael Soares. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. *Estudos Avançados*, vol.23 n.66, 2009.

¹⁰ Existem dados mais recentes acerca do número de habitantes de Londrina. Os dados do IBGE de 2019 mostram que a população da cidade corresponde a 569.733 habitantes. A elaboração de um novo mapa, todavia, só será possível após a disponibilização dos dados oficiais, baseados na cor/raça, prevista para 2020.



populares nas periferias de Londrina, mas, principalmente, compõem um grupo que teve a trajetória urbana mais acidentada, isto é, aquele cuja única saída para adquirir um “teto” se deu por meio da ocupação irregular e da autoprodução da casa própria por vias tidas como ilegais.

O que o mapa revela, todavia, são os aspectos objetivos da segregação urbana da população negra, cujos processos e efeitos podem ser mais bem compreendidos através de pesquisas qualitativas. Vejamos, então, o que a pesquisa empírica, desenvolvida no âmbito do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros, nos fornece como respaldo para a compreensão das características da segregação da população negra em Londrina.

A PESQUISA EMPÍRICA DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DO PROJETO LEAFRO

Pesquisadores e acadêmicos vinculados ao Grupo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros e Relações Raciais (CNPq/UEL)¹¹ e ao Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO/UEL) adentraram, entre os anos de 2006 e 2012, nos territórios onde a população negra está mais presente, nos quais se destacam os conjuntos habitacionais e assentamentos urbanos situados nos limites da cidade, com o propósito de estudar esses espaços de vida e sociabilidade. Todos estavam vinculados ao projeto de pesquisa *Território e Segregação Urbana: o lugar da população negra em Londrina*¹², no qual cada um possuía um subprojeto. Em decorrência das especificidades de alguns subprojetos foram realizadas também algumas entrevistas com pessoas negras moradoras de regiões mais valorizadas, onde a presença negra é menos expressiva. Essas, porém, em proporções bem menores.

Na busca de mais bem compreender a condição social do negro em Londrina, fizemos o levantamento do material empírico utilizando como recurso metodológico entrevistas em profundidade, semi-estruturadas, alicerçadas em histórias de vida e

¹¹ Em março de 2009, o Grupo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros e Relações Raciais, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), deu origem ao Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO). O Projeto do Laboratório foi instaurado com o financiamento da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e é coordenado pela Prof.^a Maria Nilza da Silva.

¹² Projeto coordenado pela Prof.^a Maria Nilza da Silva, 2006-2012. As entrevistas que compõem o acervo do LEAFRO foram realizadas pelos seguintes integrantes do projeto: Mariana Panta, Mariana Albuquerque Laiola, Alexsandro Eleoterio Souza, Pedro Andrade, Larissa Mattos Diniz, Sirlene Ferreira, Ana Paula Oliveira e Rafaella Angeloni.



depoimentos orais sobre trajetórias e experiências cotidianas de pessoas negras, a maioria, moradora da cidade há mais de trinta anos.

Todas as entrevistas realizadas, registradas em áudio e transcritas integralmente, foram compiladas após o processo de (re)leitura, categorização e organização dos depoimentos que reúnem um conjunto de histórias de vida, formando um valioso material qualitativo para a análise de diversos eixos temáticos, constituídos por trajetórias, tais como: educacional, no trabalho, na cidade e no bairro, familiar, da vida social, da vida afetiva, saúde e questões mais específicas relacionadas à raça/cor. Desde o início da pesquisa qualitativa, o material levantado deu origem a algumas produções, como monografias, dissertações e livros, geralmente, frutos de subprojetos vinculados ao projeto maior. Posteriormente, organizamos todo o material coletado, por diversos pesquisadores, com intuito de dispor dos conteúdos com maior amplitude e solidez, uma vez que, apesar de algumas pesquisas terem sido desenvolvidas anteriormente com base nesse material, muitos eixos temáticos estão ainda por ser explorados. Desse projeto, então, formou-se um acervo constituído por 72 entrevistas, sendo 42 mulheres e 30 homens.

As entrevistas qualitativas produzem um material muito extenso, razão porque não fizemos, nesse artigo, nenhuma reconstrução exaustiva do acervo de entrevistas. O objetivo da consulta a esse material foi tão somente explorar os principais aspectos verificados nas narrativas dos depoentes relacionadas ao eixo temático específico do presente trabalho, pois que a literatura regional sobre segregação aborda o fenômeno estritamente sob o viés da classe social, como se ela fosse homogênea, desconsiderando em toda sua extensão os impactos do racismo sobre esse processo.

A maioria dos componentes da amostra tem raízes familiares em Minas Gerais e no Nordeste, regiões de procedência daqueles que formaram as primeiras favelas de Londrina, na década de 1950. Apesar de não terem relevância na esfera quantitativa, os dados empíricos corroboram os indicativos de que aquelas famílias negras e pobres que se mudaram para Londrina em busca de oportunidades foram fortemente impulsionadas a se estabelecer nos assentamentos precários, sendo, portanto, suas inauguradoras.

Vários são os depoimentos sobre os percursos migratórios de indivíduos e famílias, muitos dos quais, sobretudo os oriundos do Nordeste, vieram nos chamados caminhões “paus-de-arara”, enfrentando longos e difíceis trajetos, com estradas e transportes precários, para chegar ao lugar de destino e recomeçar. A segregação



geográfica de negros nas regiões brasileiras menos desenvolvidas levou este grupo social a se colocar em movimento em busca de melhores condições de vida em outras regiões do país. Entretanto, o árduo percurso desse contingente populacional não se encerrou com a sua chegada ao lugar de destino. Ao adentrar a nova sociedade, sobretudo ao tentar se estabelecer na zona urbana, o grupo negro foi posto novamente em movimento, porém, sua peregrinação passou a ser intraurbana, isto é, dentro da cidade, numa extensiva luta por moradia. A tendência predominante, observada no quadro de entrevistados, é que essas famílias, a cada mudança, se dirigiam para localidades cada vez mais distantes da região central e das áreas mais valorizadas da cidade, passando a residir, mormente, nos bairros pobres e periféricos, como aqueles vistos no mapa (Fig. 1).

Ao analisar-se o itinerário urbano de famílias negras em Londrina - focalizando, principalmente, aquelas que haviam conquistado a casa própria, seja por meio das casas populares construídas pela COHAB, seja pela compra de lotes em localidades periféricas, seja, ainda, pela autoprodução da casa própria em ocupações irregulares - é possível observar um exaustivo percurso por elas empreendido dentro da cidade. A maioria das famílias se mudou diversas vezes para bairros cada vez mais pobres, atraída pelas ofertas de baixos aluguéis. No limite, sem acesso ao direito básico de moradia, iniciavam as ocupações irregulares em terrenos públicos ou privados, uma estratégia de sobrevivência na cidade.

Ao analisar os deslocamentos intraurbanos de famílias negras pobres, constatamos que, independentemente dessas famílias se deslocarem muitas ou poucas vezes dentro da cidade, o movimento é sempre rumo a localidades mais distantes das áreas mais valorizadas. E, quando há uma iniciativa para superar essas barreiras e residir numa área mais bem equipada, logo outro deslocamento acontece e a família é novamente impelida para a margem. No caso das famílias que hoje habitam os assentamentos urbanos iniciados de forma irregular, nota-se que esse ciclo se repete e todas acabaram por ter o mesmo destino: a fixação num território segregado e instável não apenas por ser área irregular e nascer com estigmas, intensificados no decorrer de sua expansão, mas também pelo acesso restrito aos serviços públicos fundamentais. Ficam essas famílias também mais expostas a sofrer as mais diversas formas de violência, destacando-se as relacionadas à dinâmica do tráfico de drogas e à polícia.

Em análise empreendida pelo geógrafo Milton Santos (1993), ficou demonstrado como, no Brasil, as pessoas mudam cada vez mais de lugar no decorrer da vida,



deslocando-se, geralmente, por imposição das circunstâncias, ou seja, de modo forçado. Isso porque muitas delas, como é o caso da maioria dos entrevistados, se deparam com diversos mecanismos que as impedem de permanecer nos bairros mais bem servidos de infraestrutura. Para Santos (1993), quando uma parcela da população não tem condições de se retirar do bairro precário no qual reside, ela é obrigada a permanecer nessa localidade destituída de direitos fundamentais, tornando-se refém de serviços de alto custo que contribuem para a intensificação de sua condição de pobreza.

Na perspectiva de Santos (1993), fatores como esses contribuem para aumentar a pobreza desses grupos sociais, reduzindo, conseqüentemente, ainda mais as suas chances de mudança para bairros de melhor infraestrutura. Para o autor, essa dinâmica urbana contribui para o empobrecimento desses grupos e a essa situação escapam somente aqueles que conseguirem: uma mobilidade social ascendente; se mudar para outro bairro, onde com o mesmo rendimento consigam dispor de serviços essenciais; ou mobilidade geográfica, que consiste em se mudar para outra cidade onde o custo de vida seja mais baixo.

Aqueles que não conseguem ascender socialmente, nem se manter em um bairro de melhor infraestrutura com o mesmo rendimento, tampouco mudar de cidade, são, com muita probabilidade, submetidos a um processo denominado por Santos de *evolução inversa*, que pode se delinear de duas formas: “seja quando um indivíduo muda para um bairro onde as condições de vida são ainda menos boas ou quando, no seu próprio bairro, vê as suas condições piorarem” (SANTOS, 1993). A evolução inversa é constatada na maioria das trajetórias das famílias negras entrevistadas, sobretudo no que concerne a primeira definição descrita pelo autor, relativa à mudança para bairros onde as condições de vida são mais precárias. O que constatamos, enfim, é um repetitivo ciclo de deslocamento de famílias negras para localidades cada vez mais distantes do centro e pobres, que efetiva a segregação urbana com expressiva marca racial.

Muitos dos assentamentos urbanos, ocupados irregularmente, onde a população negra tem presença massiva, passaram, ou passam, por um processo de regularização fundiária. São casos em que o poder público habilita a COHAB a conceder e a registrar a escritura permanente de lotes ou unidades habitacionais, mesmo que financiados, aos ocupantes ou possíveis compradores de unidades habitacionais construídas em assentamentos. Entre os entrevistados, havia aqueles que estavam há muitos anos inscritos na lista da COHAB a espera de serem contemplados com a casa própria em



algum conjunto habitacional de Londrina. Todavia, pela urgência de se instalar, quando as despesas do aluguel ficaram acima das possibilidades, a mudança para assentamentos precários passou a ser a única opção, melhor dizendo, a principal face da falta de opção. No processo de regularização fundiária, entrevistados residentes em assentamentos relataram terem tido que optar entre garantir o lote que ocupavam no assentamento ou permanecer na lista de inscritos da COHAB, com prazo indeterminado de espera. Diante da necessidade de se instalar, a maioria dos ocupantes dos assentamentos acabou por desistir de manter a inscrição preferindo assegurar a propriedade do lote, ou unidade habitacional, na ocupação. Em outros termos, era preciso abdicar da inscrição na COHAB pelo direito de propriedade no assentamento.

A regularização fundiária é uma política importante, pois é através dela que as ocupações irregulares passam a ser vistas como existentes, no âmbito oficial, garantindo aos moradores dessas localidades a propriedade do pedaço de terra que ocupam, entendida pelos moradores como uma valorosa conquista. Afinal, trata-se de uma medida que lhes assegura a permanência na localidade sem o tormento da possibilidade de serem removidos a qualquer momento e de retornarem à situação de desalento que enfrentaram ao iniciar a ocupação; garante-lhes um endereço reconhecido, evitando também que terceiros possam se apropriar do terreno duramente conquistado, quando o território começa a apresentar alguma melhoria; garante-lhes, outrossim, a implementação de alguns serviços essenciais, como asfaltamento, acesso à água encanada, rede elétrica, telefonia, saneamento, entre outros serviços básicos.

Apesar da disponibilidade de serviços imprescindíveis à sobrevivência, a obtenção do título do lote não se traduz na obtenção de vários outros direitos igualmente importantes. A regularização fundiária poderia se configurar como mecanismo efetivo de integração socioespacial de grupos privados do direito à moradia, se viesse acompanhada da implementação de outras políticas sociais eficazes, mas muitas vezes acaba por se constituir como um instrumento que consolida a dinâmica da segregação. Habitações precárias, em localidades mal-servidas de infraestrutura, em terrenos desvalorizados e destituídos de serviços públicos fundamentais, se consolidam com o consentimento do poder público, que, muitas vezes, regulariza essas áreas em condições impróprias para uma vida digna e não propicia melhorias que sejam, de fato, significativas no decorrer de sua expansão. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que o poder público promove a regularização de assentamentos precários, supostamente agindo a favor dos interesses



coletivos e das reivindicações dos moradores, ao efetivar essa política destituída de outras políticas públicas essenciais, assentando cada vez mais pessoas em áreas que nascem e se desenvolvem em condições subnormais, solidifica articulações cada vez mais estreitas com os grupos dominantes, afastando e confinando os indesejados da cidade “em seu devido lugar”.

As famílias moradoras das periferias pobres, em geral, enfrentam diversas dificuldades cotidianamente. Essas adversidades, porém, são muitas vezes intensificadas quando consideramos a realidade social dos habitantes dos assentamentos, que vão desde a precária estrutura das residências, geralmente fruto da edificação pelos próprios moradores, em alguns casos, com ajuda de pastorais de igrejas e mutirões, até os estigmas que lhes são atribuídos, sobretudo relacionados à marginalidade, em seus múltiplos adjetivos (localização à margem, pobreza, vagabundagem, violência, delinquência). Nas entrevistas qualitativas avultam depoimentos de assentados referente a como moradores de Londrina se expressam sobre os territórios dos assentados; em geral, muito depreciativamente.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a maioria dos chefes de família, negras e negros entrevistados, mostra estar contente não somente com a conquista da moradia, mas também com os fortes laços de amizade e solidariedade estabelecidos com vizinhos que vivenciaram situações semelhantes, fato observado na maioria dos depoimentos. Entretanto, não raramente, esses mesmos moradores expressam a vontade de viver em outro lugar, nos quais sejam livres de estigmas, preconceitos e discriminações e menos vulneráveis às violências, tanto as provenientes do tráfico de drogas, quanto as praticadas pelo próprio Estado, por ação da polícia. Mesmo porque, os estigmas com que são marcados seus locais de moradia, somados ao estigma racial, impactam as mais diversas dimensões da vida social, desde a conquista de um emprego, até o estabelecimento de relações afetivas. Muitos são os relatos sobre perdas de oportunidades de trabalho devido aos estigmas dos seus territórios, fato que levou muitos dos entrevistados a dar endereço não-correto para não perder a chance do emprego. O desejo de mudança é expresso de modo explícito ou implícito, porém, a maioria reconhece os limites entre querer e, de fato, conseguir se estabelecer numa localidade com melhor infraestrutura, uma vez que a situação de pobreza raramente é superada. Esses moradores, entretanto, se unem, se articulam e lutam por melhorias em seus territórios, tanto com



reivindicações junto ao poder público, quanto por meio de ações coletivas, que fazem toda a diferença nas benfeitorias conquistadas.

Em síntese, ao analisar o material empírico coletado, pudemos constatar as inúmeras dificuldades enfrentadas por famílias negras, sobretudo no que se refere à inserção e permanência em bairros de melhor infraestrutura, bem como um movimento constante para localidades cada vez mais periféricas e precárias. A maioria dos entrevistados, no decorrer de praticamente toda a trajetória de vida, esteve à margem da sociedade, em acentuada situação de pobreza, fato que levou muitos deles a ocupar as extremidades da cidade, desprovidas de recursos mínimos para uma vida menos desafortunada. Aqueles que, em algum momento, conseguiram ultrapassar essas barreiras e residir em territórios um pouco mais consolidados economicamente, logo foram novamente impelidos para as margens, situação que ilustra empiricamente a dinâmica da evolução inversa teorizada por Milton Santos.

Por fim, embora não seja o foco deste trabalho, convém ao menos mencionar a situação dos negros que ascenderam socialmente e passaram a residir em territórios bem localizados e consolidados com maior poder aquisitivo, onde sua presença é ínfima. Os negros residentes em territórios mais valorizados têm, evidentemente, melhores oportunidades que os negros moradores de territórios pobres. É preciso considerar, porém, que, não obstante de poderem desfrutar de maior comodidade e melhores serviços, eles tendem a sofrer cotidianamente discriminação racial nesses espaços. É como se estivessem fora do lugar que lhes foi destinado: as periferias pobres. Nesse caso, torna-se evidente que a conquista de melhores posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social, que podem propiciar melhores condições de moradia, não torna o negro integrante pleno do estrato social dominante, tampouco o isenta o de continuar a sofrer racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi explicitado, é possível compreender que os mecanismos que operam na produção da segregação urbana da população negra em Londrina são múltiplos e correlacionados, visto envolverem questões econômicas, sociais, raciais, políticas e culturais. Com o intento de não indicar causalidades mecanicistas, faz-se necessário refletir sobre a relação da segregação com os diversos problemas de ordem social que



impactam a vida da população negra, tais como: pobreza estrutural desse grupo social (CAMPOS, 2012); desvantagens intergeracionais dos negros e o ciclo cumulativo de desvantagens (HASENBALG e SILVA, 1988); racismo estrutural/institucional (WIEVIORKA, 2006); implementação de políticas urbanísticas enraizadas em padrões eugenistas e higienistas intrínsecos às racionalidades da ideologia do branqueamento, isto é, pautados em pressupostos racistas (ROLNIK, 1989; SILVA, 2006). Todos esses fatores estão relacionados à dinâmica capitalista e um dos seus principais pilares: a colonialidade. As estruturas de opressão são plurais, se relacionam e se sustentam mutuamente. Tais fatores, somados a ausência de políticas de redistribuição e de reconhecimento, perpetuam o quadro de injustiças sociais contra os negros, incluindo o direito à cidade. Na perspectiva de Quijano, o papel da raça é central, uma vez que ela permeia todas as esferas do poder.

Compreendemos, assim, que a segregação da população em Londrina não se configura como mero reflexo da concentração dos negros na base da estrutura de classes, mas sim como uma dimensão do racismo estrutural, tal como constituído no tecido social brasileiro. O racismo à brasileira, articulado ao capitalismo histórico, é um dos princípios organizadores da divisão social do espaço urbano, uma vez que estabelece uma linha divisória entre aqueles que têm pleno direito à cidade e os que não têm.

Conforme explicitado, desde o primórdio de Londrina, os grupos sociais dominantes, numa estreita articulação com o Estado, delineiam a constituição de diferentes formas de confinamento negro em espaços segregados que emergem, primeiramente, no formato de vilas populares e prosseguem com a formação de favelas, conjuntos habitacionais periféricos, loteamentos populares e assentamentos urbanos precários situados nas extremidades da cidade. Esses grupos, posicionados nos mais altos estratos de renda, intervêm vigorosamente na elaboração de políticas urbanas estabelecendo os lugares a serem ocupados por cada grupo social, desencadeando um problema brutal de distribuição espacial, que, quando não confina “os indesejados” nos conjuntos habitacionais e loteamentos populares periféricos, condiciona-os a iniciar ocupações irregulares, que nascem e se expandem em condições subnormais. Desse modo, Londrina, com suas políticas urbanas, contribui para a persistência de padrões segregacionistas que têm como resultado a divisão racial do espaço, caracterizado pela conglomeração dos negros em espaços de invisibilidade, ou de visibilidade hostil, desprovidos de serviços públicos essenciais, onde cidadania é cerceada.



A utilização das entrevistas qualitativas como respaldo foi de suma importância, visto que elas propiciam a compreensão da dinâmica da segregação urbana trazendo à tona elementos específicos como: a dinâmica da evolução inversa, isto é, a mudança para territórios cada vez mais precários, e os limites da regularização fundiária, que, desacompanhada de outras políticas sociais sedimenta a dinâmica da segregação. Conseqüentemente, essas entrevistas nos auxiliam numa interpretação da segregação urbana que não seja universalista, ou seja, que reconheça que a realidade de negros pobres não é a mesma que a de brancos pobres, considerando o entrecruzamento de estruturas de opressões. Nessa perspectiva, a compreensão das desigualdades sociais e econômicas, bem como a estrutura cultural valorativa que estigmatiza fortemente determinados grupos sociais, como o negro, que induzem e perseveram a segregação desse grupo social na cidade, não pode ser compreendida sem se levar em consideração um dos seus elementos fundamentais: o racismo, que coloca o negro numa posição de subalternidade muito mais difícil de ser superada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jolinda de Moraes. *História da Assistência Social aos Pobres em Londrina: 1940-1980*. 2002. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

ARCHELA, Rosely Sampaio *et al.* *Conjuntos Habitacionais*, 2008.

ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná - 1930/1975*. 1993. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BENATTI, Antonio Paulo. *O Centro e as Margens: boemia e prostituição na "capital mundial do café" (Londrina: 1930-1970)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BONI, Paulo César. *Fincando Estacas! A história de Londrina (década de 30) em textos e imagens*. Londrina: Edição do Autor, 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAMPOS, Andreino de Oliveira. As Questões Étnico-Raciais no Contexto de Segregação Socioespacial na Produção do Espaço Urbano Brasileiro: algumas considerações teórico-metodológicas. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). 2012. *Questões Urbanas e Racismo*. Brasília, DF: ABPN, 2012, p. 68-103.

COHAB, Companhia de Habitação de Londrina. *História da COHAB*, 2015.

CÔRTEZ, Geraldo Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. *Raça, Classe e Segregação Residencial no Município de São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo. _____. *Segregação Residencial e Relações Raciais no Brasil: em busca de uma problemática sociológica*. In: II Simpósio Nacional Sobre Democracia e Desigualdades. Brasília, 2014.

FRESCA, Tania Maria et al. *Ocupações Irregulares*. Atlas Ambiental da Cidade de Londrina, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, 2004.

GONÇALVES, Rafael Soares. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. *Estudos Avançados*, vol.23 n.66, São Paulo, 2009.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

PANTA, Mariana. População negra e o direito à cidade: interfaces entre raça e espaço urbano no Brasil. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, janeiro/abril, 2020.

_____. *Relações Raciais e Segregação Urbana: trajetórias negras na cidade*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2018.

_____. *Segregação Geográfica, Desigualdades Raciais e Migrações: Londrina como destino de fluxos migratórios mineiros e nordestinos (1940-1980)*. In: SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana (Orgs.). *Território e Segregação Urbana: O “lugar” da população negra na cidade*. Londrina: UEL, 2014.

POSTALI, Valéria Barreiro; MENDES, César Miranda. A Importância do Circuito Inferior na (Auto) Produção da Casa Própria em Londrina/Pr/Br: estudo de duas ocupações urbanas irregulares. *Revista Geográfica de América Central*. EGAL, 2011, p. 1-17.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RAZENTE, Nestor. Segregação Socioespacial nas Cidades da Região Metropolitana de Londrina – Paraná - Brasil. *Arquitextos - Vitruvius*, n. 137, 2011.

ROLIM, Rivail Carvalho. *O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina: 1948-1962*. Londrina: Eduel, 2013.

ROLNIK, Raquel. *Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro*, 1989.

SANTOS, Milton. *O Espaço Cidadão*. São Paulo: Ed. Nobel, 1993.

SILVA, Maria Nilza. *Nem Para Todos é a Cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana (Orgs.). *Território e Segregação Urbana: O “lugar” da população negra na cidade*. Londrina: UEL, 2014.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998.

TELLES, Edward. *O Significado da Raça na Sociedade Brasileira*, 2012.

_____. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

TOMMASINO, Kimiye. *A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em Movimento*. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo.

TOMAZI, Nelson. *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias*. São Paulo: Quatro Ventos, 2000.

WIEVIORKA, Michel. *O Racismo: uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ZANI, Antonio C.. 1989. *Repertório Arquitetônico e Sistema Construtivo das Casas de Madeira de Londrina, PR*. 1989. Dissertação (Mestrado em Engenharia), Universidade de São Paulo, São Paulo.

Recebido em: 22/09/2020

Aceito em: 30/10/2020